
Podemos Confiar em Nossos Alunos?

Você não pode confiar em um sequer”, declarou um colega veterano. Isso foi 30 anos atrás. Eu estava no meu terceiro ano de ensino. O corpo docente de nossa escola estava debatendo sobre a falta de honestidade observada entre os alunos. Eu lidava com alunos de 7ª e 8ª séries – geralmente considerados os mais indignos de confiança de toda a turma.

Como principiante na profissão de educador, eu olhava para os professores mais velhos com um respeito quase reverente. Mas aquele comentário feito por um colega bem mais experiente ofendeu minha confiança natural nos meus alunos. Fiquei imaginando se eu estaria sendo muito ingênuo e crédulo.

“Se pudéssemos desenvolver um teste de integridade e aplicá-lo nos alunos de modo que tivéssemos a garantia de que eles não sabiam que estávamos testando sua honestidade, descobriríamos que praticamente todos eles ‘colariam’ – se achassem que ficariam impunes”, continuou meu colega pessimista. “Mas, na realidade, vocês não querem saber da verdade.” Este último comentário não foi dirigido a mim diretamente, mas aos professores em geral,

reconhecendo que na realidade era muito mais confortável acreditar que basicamente a maioria dos nossos alunos era honesta. Sendo que a honestidade se enquadra no âmbito afetivo, como poderia alguém desenvolver um teste para avaliá-la?

Durante as poucas semanas que se seguiram, aquele debate continuou a me inquietar. Devia haver um meio de descobrir se os alunos eram honestos. Mas, talvez, como aquele professor veterano dissera, na realidade eu não queria saber. No entanto, uma estratégia começou a se desenvolver em minha mente.

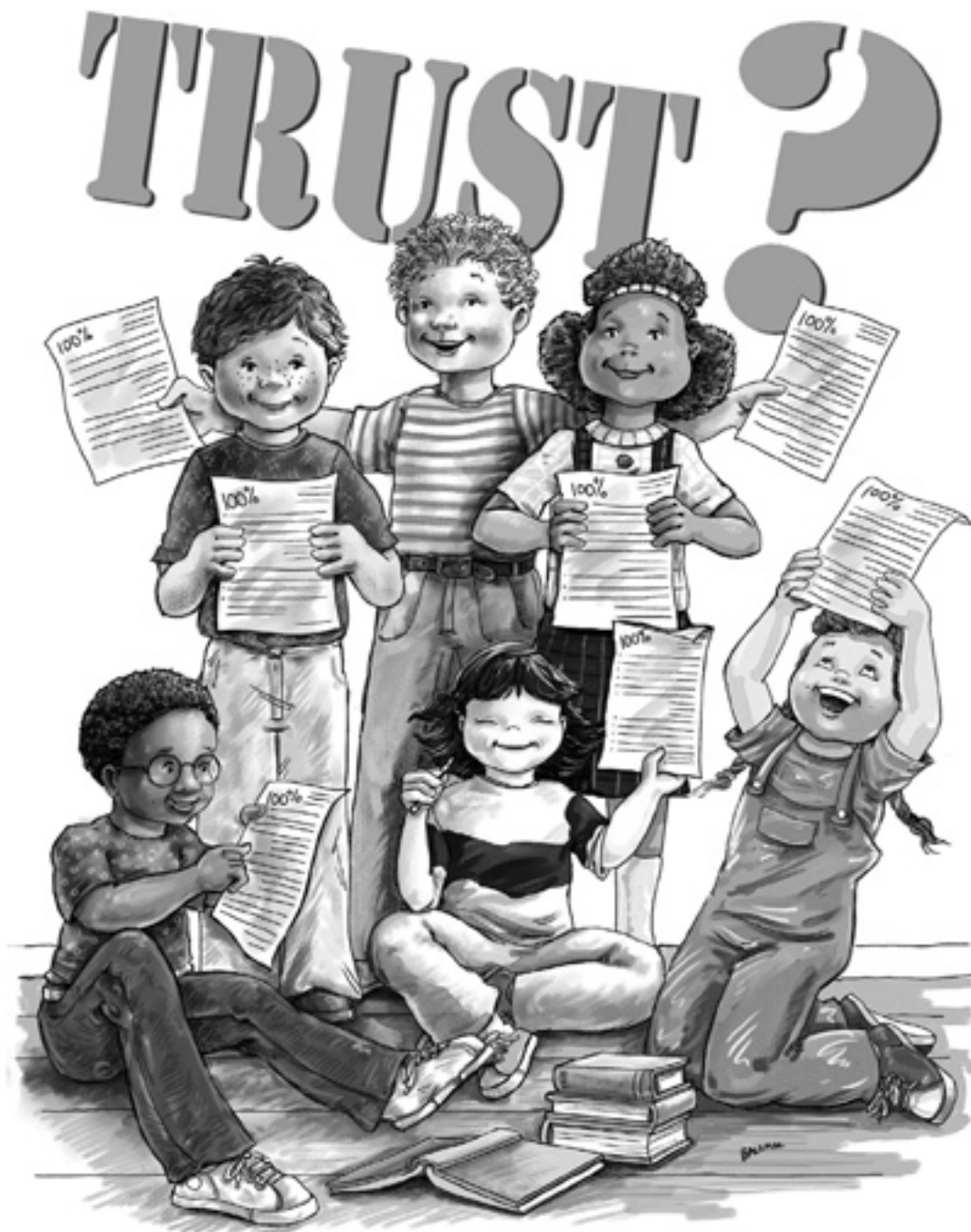
Embora não fosse verdadeiramente científico, meu teste me daria pelo menos alguma indicação. Eu aplicaria o teste, faria cópias dele já respondido e depois pediria que os próprios alunos avaliassem seu trabalho. Era tão simples que fiquei imaginando por que será que ninguém pensara nisso antes (isso ocorreu na época em que surgiram as máquinas de fax, precursora da copiadora). Se na avaliação eles mudassem suas respostas, eu saberia!

O “teste de honestidade” original

Sem partilhar meus planos com ninguém, preparei um simples teste de

“Você não pode confiar em um sequer”, declarou um colega veterano.

David R. Streifling



matemática com 20 questões de múltipla escolha. Propositalmente incluí questões cujo nível de dificuldade variava até o fim do ensino médio para ter certeza de que nenhum aluno fosse capaz de conseguir a nota máxima. O grupo que serviria de base consistia da minha classe inteira – 14 alunos. Dentre o grupo havia vários que eu imaginava me desapontariam.

No dia predeterminado, escolhi o período normal da aula de matemática, pouco antes da hora do intervalo matutino, para aplicar meu “instrumento de pesquisa”. Salientei a importância de cada um fazer o seu melhor. Declarei que esta era uma avaliação muito significativa, estabelecendo assim elevada expectativa de desempenho. Avisei-os também de que algumas das questões talvez fossem difíceis demais e que eu não esperava que ninguém respondesse todas elas corretamente. Eles foram instruídos a escrever as respostas a lápis de

modo que fosse fácil apagar se precisassem corrigir alguma resposta (e embora eu não dissesse, seria também mais fácil fazer alterações mais tarde).

Estabeleci um limite de tempo e o teste foi iniciado. Como de costume, durante o teste fiquei caminhando de um lado a outro nos corredores apertados entre as carteiras. Após o teste, os alunos saíram para o intervalo e eu fiz cópias das folhas de respostas. Depois do intervalo, devolvi aos alunos as folhas originais e pedi que cuidadosamente fizessem a avaliação à medida que eu lesse as respostas corretas. Então eles deveriam

atribuir a nota baseando-se nos possíveis 20 pontos. Durante todo o processo de avaliação permaneci na minha escrivaninha na frente da classe, permitindo-lhes ampla oportunidade de alterarem suas respostas, com bem pouca probabilidade de serem detectados. Ninguém tinha qualquer motivo para suspeitar da existência das recentes fotocópias. Sendo que na minha classe a auto-avaliação era uma tarefa normal, rotineira, o fato não suscitou dúvidas. Naquela noite, meticulosamente comparei a folha original auto-avaliada com as fotocópias. Qualquer alteração durante o processo de avaliação e atribuição da nota teria apoiado a desconfiança do meu cínico colega sobre a integridade dos alunos.

Imagine meu alívio e entusiasmo quando descobri que nenhuma resposta havia sido alterada pelos meus alunos. Isso ocorreu apesar da extrema pressão para se desempenharem bem em um teste que provavelmente era injusto por ser difícil demais; e a despeito da ampla oportunidade de “fraudar”. Com orgulho, no dia seguinte, anunciei aos alunos que todos haviam tirado a nota máxima – 100 por cento! Em resposta ao espanto dos alunos, depois expliquei que aquele não fôra, de modo algum, um teste de matemática, mas de honestidade. Eles tinham confirmado minha fé nos alunos. Acredito que funcionou a dinâmica descrita no seguinte comentário de Ellen White: “Leve os jovens a sentir que eles merecem confiança, e poucos haverá que não procurarão mostrar-se dignos dessa confiança.” – *Educação*, p. 290.

Isso, porém, aconteceu 30 anos atrás. Meu grupo de estudo vinha de uma comunidade adventista do sétimo dia bem organizada, de famílias acima da média. Será que os tempos mudaram tanto que nossos jovens atualmente sejam cada vez mais pressionados a obedecer e ter êxito, a ponto de até as boas famílias adventistas estarem aceitando um padrão mais baixo de moralidade? Por isso, recentemente empreendi um estudo semelhante, usando como base um grupo bem maior. Estes também eram meus alunos em uma escola adventista do sétimo dia; mas em cultura e ambiente geográficos diferentes, quase do outro lado do mundo.

Antes, porém, de apresentar o resultado deste estudo mais recente, eu gostaria de relatar dois incidentes da minha experiência na sala de aula durante os anos intermédios. O primeiro ilustra a importância de estar certo dos fatos – algumas vezes aceitando mesmo a palavra de um aluno de preferência à certeza da própria consciência. E o segundo sugere que, às vezes, é melhor deixar um determinado problema

Imagine meu alívio e entusiasmo

quando descobri que nenhuma

resposta havia sido alterada pelos

meus alunos.

sem resolver do que arriscar punir um aluno inocente – deixando certas coisas nas mãos de um Deus onisciente.

Não acreditando em nós mesmos

Era uma tarde ensolarada de inverno em minha classe no Canadá. Em pequenos grupos, meus alunos se empenhavam em um projeto de estudos sociais no perímetro da sala de aula. Eu estava sentado à minha escrivaninha colocando em dia as avaliações. Ao levantar os olhos do meu trabalho, o rosto de Beto*, aluno de 6ª série, em semi-silhueta contra o vidro escuro da janela, chamou minha atenção. Mesmo com a luz por trás dele, eu percebia perfeitamente que ele estava falando. E ouvi algumas palavras proibidas, de bem poucas letras.

– Beto – eu disse com um suspiro, tentando não parecer muito surpreso nem desapontado. Ora, Beto era de uma família adventista altamente respeitada. O pai dele era um negociante muito trabalhador e a mãe uma bem-sucedida dona de casa. O apoio que prestavam à escola era exemplar. Para eles era um sacrifício manter Beto e sua irmãzinha na escola adventista. Tanto o pai como a mãe tinham elevadas expectativas para seus filhos. Eu sabia que eles ficariam tão desapontados quanto eu ao ouvirem esse tipo de linguagem da boca de seu filho, e eu jamais o ouvira dizer palavras semelhantes.

– Beto, venha aqui.

Ele obedeceu prontamente. Calmamente eu perguntei:

– O que foi que eu ouvi você dizer?

Seu semblante parecia confuso.

– Professor, eu estava simplesmente fazendo minha tarefa. Estávamos falando sobre nosso projeto. ... Por quê? O que o senhor acha que eu disse?

– Por favor, Beto. Você sabe muito bem o que você disse. (Eu não queria “sujar” minha boca repetindo o que ouvira.)

– Professor – ele insistiu – eu não disse nada de mau.

* Os nomes usados neste artigo são fictícios.

E agora parecia que ele estava crescendo uma mentira ao seu delito. Por qualquer razão, eu queria acreditar nele porque ele era geralmente bem comportado. Para facilitar-lhe a situação, decidi sair da classe com ele e ir a um lugar relativamente privado – a salinha de entrada (não tínhamos um escritório na escola). Mas quanto mais eu o pressionava, mais angustiado ele ficava e o tempo todo insistindo em que não dissera nada impróprio.

A situação estava ficando terrível. Eu já estava com vontade de chorar também. Eu amava aquele garoto e não podia permitir que ele desenvolvesse o traço da desonestidade. Mas eu estava certo de que tinha a evidência. Talvez eu devesse simplesmente puni-lo, acalmar a tensão, e continuar com a aula. Eu sabia que os pais dele aceitariam meu testemunho do que eu havia visto e ouvido, e sabia também que a punição de Beto em casa seria muito mais eficiente do que qualquer que ele recebesse na escola.

De repente me encontrei fazendo algo que eu jamais imaginara antes. Colocando a mão no ombro do garoto que soluçava, eu disse:

– Beto, vamos fazer o seguinte – ele ouvia atentamente. – Vou preferir acreditar em você desta vez. Como eu jamais soube que você dissesse uma mentira, vou ignorar a certeza da minha consciência. Vamos voltar para a sala de aula e continuar como se nada tivesse acontecido. Mas estarei orando para que Deus me dê alguma evidência de que tomei a decisão correta.

Ele pareceu imensamente aliviado. E nas semanas que se seguiram, continuou sendo um aluno exemplar. Orei a esse respeito por algum tempo e já havia quase me esquecido do ocorrido. Então, um dia, cinco ou seis semanas depois, aconteceu como se Deus estivesse me oferecendo uma “reprodução instantânea” atrasada. Era mais ou menos a mesma hora do dia, com a mesma claridade, os mesmos alunos separados em grupos em torno das mesmas mesas trabalhando em um projeto de estudos sociais. Outra vez, olhando da minha mesa, vi a boca de Beto se movendo. Ouvi as mesmas palavras que ouvira na ocasião anterior. Chamei-o imediatamente à minha mesa.

– Beto, você se lembra de quando lhe falei sobre palavras impróprias, um mês ou dois atrás? Lembra-se que prometia que pediria a Deus uma evidência? Agora eu a tenho. O que foi mesmo que você acabou de dizer?

Novamente ele se demonstrou espantado, quase sem compreender. Então, compreendendo a seriedade da situação, ele

implorou:

– Professor, por favor, o que o senhor acha que eu disse?

Relutantemente pronunciei as curtas palavras que eu ouvira. Então, para minha surpresa, de outra parte da sala um voluntário respondeu:

– Ah, foi isso, professor? Fui eu quem falou!

Era Ruy*, um aluno da 8ª série, cujo pai, um pescador, não era cristão praticante. Ruy havia aprendido muito daquele vocabulário enquanto pescava com o pai. Eu lhe agradei, elogiei-o pela coragem de “admitir”, e silenciosamente agradei a Deus por ter preferido acreditar em Beto na ocasião anterior.

Voltando o pensamento ao passado, aparentemente alguma combinação casual da acústica, da iluminação incomum e das atividades dos diferentes alunos havia criado uma situação que enganou minha consciência – duas vezes. Mas estremeço só em pensar nas possíveis conseqüências na vida de Beto se eu tivesse persistido na minha atitude inicial, crendo no que eu ouvira e recusando ser guiado por um “sexto sentido”.

Os professores não são oniscientes

Vários anos depois, em outra província canadense, dois dos meus maiores alunos de 7ª e 8ª séries foram detidos após as aulas por alguma infração secundária. Logo foi determinado que cada um deveria escrever 50 linhas. (Neste artigo não é meu objetivo debater o mérito de qualquer forma específica de disciplina.) Ao voltar-me para a lousa para escrever a frase que eles deveriam copiar, senti alguma coisa passar zumbindo perto do meu ouvido esquerdo. Aquilo chocou-se contra a lousa e caiu no chão. Era uma borracha cor-de-rosa. Instintivamente, olhei para a porta da sala, verifiquei um lado e outro do corredor e depois as janelas. Percebi que as telas das janelas estavam todas no lugar e nenhum outro aluno se achava por perto. O ofensor tinha de ser um dos dois garotos que ficaram na sala. Mas qual dos dois eu não era capaz de determinar. O “projétil” viera e se fôra tão rápido que não tive tempo para calcular ângulos.

Recentemente empreendi um estudo semelhante, usando como base um grupo bem maior.



Todos os alunos possuíam uma borracha daquelas, e mesmo assim, ela poderia ter sido “emprestada” para aquele fim. Eu não tinha certeza. Contudo, baseado em minha experiência anterior e na avaliação geral do caráter, podia deduzir qual dos dois tinha mais probabilidade de fazer tal coisa. (Os professores costumam ser bons nisso – conhecido como “juízo antecipado”.)

De acordo com meu “juízo antecipado” profissional, Jonathan* era, evidentemente, o mais provável suspeito. Embora fosse filho de um de nossos pastores locais, Jonathan havia sido adotado por esta família com seis anos de idade. Suas notas eram apenas o suficiente para passar e ele freqüentemente se metia em problemas de diversas maneiras. Tiago* era diferente. Seu pai servia no Conselho da escola. Sua mãe era promotora da educação cristã na igreja local. Ele era admirado por seus colegas de classe. Com freqüência desempenhava papel de liderança entre os alunos e geralmente conseguia não se envolver com os problemas. As notas de Tiago eram altas e as reuniões de pais e mestres geralmente se tornavam uma celebração do seu êxito.

Mas antes da disposição final do caso, eu queria que o ofensor admitisse sua culpa. Assim sendo, para confirmar minha suposição, perguntei:

– Quem jogou aquela borracha?

Ambos responderam:

– Não fui eu.

Então perguntei a cada um individualmente:

– Foi você que jogou aquela borracha?

Novamente, os dois negaram e se recusaram a acusar o outro.

Eu não estava conseguindo nada. Era o caso clássico no qual uma pessoa estava mentindo e a outra falando a verdade, mas não havia como distinguir quem era quem. Analisei minhas opções. Eu poderia detê-los todos os dias ao meio-dia até que um deles confessasse a culpa. Mas sob esse tipo de pressão, como eu poderia ter certeza de que o inocente não cederia primeiro, dizendo uma mentira só para resolver o problema? De qualquer modo, por que deveria o inocente ficar detido? Finalmente contei-lhes a história do Beto, reconhecendo que eu não era onisciente, garantindo-lhes que preferia continuar confiando em ambos e pedindo a Deus que a Seu próprio tempo me fornecesse a evidência de que eu precisava. Dentro de pouco tempo me esqueci do ocorrido, mas Deus não Se esqueceu.

Anos mais tarde, um desses alunos, então terminando o ensino médio, estava participando de uma banda e equipe de acrobacias. Eu trabalhava em outra associação a mais de mil e quinhentos quilômetros de distância. O passeio da classe na primavera levou aquele grupo até a área onde eu morava. A apresentação do grupo no sábado à noite foi fantástica! Fiquei pessoalmente muito orgulhoso pelo fato de ter ajudado a impulsionar aquele aluno em particular rumo ao êxito musical. E a lembrança do desagradável episódio anterior nem passou

pela minha mente. Quando finalmente me dirigi ao estacionamento, não percebi que alguém me acompanhava até que ouvi uma voz atrás de mim.

– Professor Streifling?

Era aquele meu ex-aluno.

– Sim. Que prazer vê-lo novamente. Seu grupo foi fantástico hoje à noite!

– Professor, eu preciso conversar com o senhor.

– Pode ser aqui mesmo?

– Sim. Professor Streifling, o senhor se lembra daquele incidente, de quando eu estava na 7ª série...? – Lentamente, com a ajuda dele consegui me recordar. – Bem, professor, eu quero lhe dizer que fui eu quem menti naquele dia...”

Aqui estava ele, anos depois, querendo endireitar as coisas e pedindo-me perdão. O Espírito Santo não Se esquecera, embora eu me esquecesse!

Olhei-o diretamente nos olhos e respondi:

– Muito bem, jovem. Eu me orgulho de você. Havia me esquecido completamente do incidente do ensino fundamental. O que você acaba de fazer não é fácil de se fazer. É sinal de amadurecimento cristão. Quero que saiba que em meu livro, nesta noite, seu conceito subiu tremendamente!

Meu coração se alegra ao relembrar aquele incidente passado e perceber que quando nós não temos certeza, Deus pode nos dar a certeza. Se eu tivesse tentado usar meu limitado juízo humano, um professor e dois alunos teriam saído ofendidos, pois o jovem que me procurou no estacionamento não era Jonathan, era Tiago.



Resultado do recente “teste de honestidade”

Agora vamos ao resultado daquele “teste de honestidade” mais recente. O processo foi praticamente idêntico ao teste de 30 anos atrás, exceto que, como eles não eram meus próprios alunos (agora leciono em nível universitário), tive de conseguir a colaboração dos professores da classe. Duas classes participaram. Nas duas, os alunos freqüentemente corrigiam e atribuíam notas ao próprio trabalho, à semelhança dos meus alunos 30 anos antes. Eles não tinham motivos para suspeitar que suas respostas estariam sendo registradas. Dos 49 alunos de 7ª e 8ª séries participantes deste grupo, 48 não mudaram nenhuma de suas respostas incorretas para melhorar a própria nota. Felizmente, um mudou: mas *apenas um!*

Considerando o tamanho do segundo grupo de participantes do teste, não houve realmente diferença significativa entre o resultado de 30 anos atrás e o do presente.

Implicações

As histórias de Beto, e de Jonathan e Tiago são apenas dois incidentes escolhidos dentre meus 17 anos de ensino fundamental e médio. Essas histórias constituem a exceção, não a regra. Em sua maior parte, minha experiência comprovou que ao lidar com alunos, os professores precisam continuar sendo vigilantes, sempre “prudentes como as serpentes e simplices como as pombas”. (Mat. 10:16.) Precisarão também continuar sendo amáveis e compassivos acerca das idiossincrasias da meninice. Não estamos aqui falando de um novo método para controlar a classe ou as questões disciplinares. Quero encorajar meus colegas professores a se animarem – continuarem confiando em Deus e nos alunos que Ele confiou ao nosso cuidado.

Essas histórias também demonstram que às vezes nos encontramos em situações em que não temos outra escolha senão confiar em nossos alunos, pois Deus é o único que conhece toda a verdade! No entanto, como professores, freqüentemente achamos que temos de saber as respostas para tudo, para que possamos tratar dos problemas de disciplina com prontidão e justiça. Como resultado, tomamos decisões baseadas em evidências parciais e errôneas. Conseqüentemente, quantas vezes temos todos concluído que não podemos confiar nos alunos e nos propomos a encerrar o caso prematuramente?

Eu mencionei apenas duas histórias de “êxito”, mas quantos “fracassos” ocorreram no decorrer dos anos, só Deus sabe! Uni-

camente quando mantemos contato com o Infinito, momento a momento, podemos ter certeza de que cometeremos menos erros. Esse é o verdadeiro desafio.

Podemos confiar em nossos alunos? A confiança é tanto uma atitude como uma escolha. Às vezes, quando escolhemos confiar nos alunos, eles se aproveitam de nós, nos causam embaraço e nos fazem parecer incompetentes. Mas quais são as prováveis conseqüências de não confiarmos neles?

Creio que a questão real é: **Podemos aventurar-nos a não confiar em nossos alunos?** A alternativa está carregada demais de probabilidade de conseqüências trágicas. Que diremos quando comparecermos diante do Juiz Eterno que vê claramente as ligações entre a causa e o efeito? Escolhendo não confiar, perdemos muito e ganhamos pouco. Mas talvez a melhor razão para manter uma atitude de confiança esteja resumida na citação de Ellen White que mencionamos anteriormente. Eis o parágrafo na íntegra:

“O educador prudente, ao tratar com seus discípulos, procurará promover a confiança e fortalecer o sentimento de honra. As crianças e jovens são beneficiados se se deposita neles confiança. Muitos, mesmo dentre os pequeninos, têm um elevado senso de honra; todos desejam ser tratados com confiança e respeito, e eles têm direito a isto. Deve-se ter cuidado de que eles não pressintam não poderem sair ou entrar sem ser vigiados. A suspeita desmoraliza, produzindo os mesmos males que procura evitar. Ao invés de vigiar continuamente, como se estivessem a suspeitar mal, os professores que se acham em contato com seus discípulos discernirão a operação da mente irrequieta, e porão em atividade influências que contrabalançarão o mal. Leve os jovens a sentir que eles merecem confiança, e poucos haverá que não procurarão mostrar-se dignos dessa confiança.” – *Educação*, págs. 289 e 290.

Dr. David R.

Streifling serviu 17 anos lecionando no ensino fundamental e médio, e outros 15 em supervisão acadêmica e ensino em nível universitário. Seu artigo, “Instalações Educacionais Ensinam!”, foi publicado na Revista da Educação Adventista No. 19 a fins do 2004. O Dr. Streifling escreve de Lacombe, Alberta, Canadá.

